

Vladimir Passos de Freitas
Mariana Almeida Passos de Freitas

DIREITO ADMINISTRATIVO

E

MEIO AMBIENTE

5ª Edição
Revista e Ampliada

Curitiba
Juruá Editora
2014

Visite nossos *sites* na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-4664-2



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Freitas, Vladimir Passos de.

F866 Direito administrativo e meio ambiente./ Vladimir
Passos de Freitas./ 5ª edição./ Curitiba: Juruá, 2014.
246p.

1. Meio ambiente – Direito administrativo. 2. Direito
administrativo – Meio ambiente. I. Título.

CDD 342

CDU 342.951

000102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Direito	13
1.2 Direito Administrativo	14
1.3 Meio Ambiente	15
1.4 Direito Administrativo e Direito Ambiental	18
2 DANO AMBIENTAL	21
2.1 Conceito – História	21
2.2 Espécies de Responsabilidade.....	22
2.2.1 Administrativa.....	22
2.2.2 Civil.....	24
2.2.3 Penal.....	28
3 O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	31
3.1 Constituição Federal	31
3.1.1 Inovação constitucional.....	32
3.1.2 Repartição de competências	33
3.2 Legislação Federal, Estadual e Municipal.....	35
3.2.1 Legislação federal.....	35
3.2.2 Legislação estadual.....	37
3.2.3 Legislação municipal.....	40
3.3 Tratados	48
3.4 Normas Infralegais.....	49
3.5 Codificação ou Consolidação.....	51

4	A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA	55
4.1	Introdução	55
4.2	Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)	56
4.3	Conselho de Governo	57
4.4	Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)	57
4.5	Ministério do Meio Ambiente	58
4.6	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	59
4.7	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	60
4.8	Órgãos Setoriais, Seccionais e Locais	62
4.9	Polícia Militar	63
4.10	Recursos Hídricos, uma Situação à Parte	64
4.11	Tráfego de Veículos e Poluição Ambiental	68
4.12	Aquecimento Global	74
4.13	As Agências Reguladoras e a Proteção do Meio Ambiente	75
5	INSTRUMENTOS PREVENTIVOS	77
5.1	Educação Ambiental	77
5.2	Informação Ambiental	79
5.3	Auditoria Ambiental	81
5.4	Licitações e o Meio Ambiente	85
5.5	Impacto Ambiental	87
5.5.1	Conceito	87
5.5.2	Evolução legislativa	88
5.5.3	O estudo do impacto ambiental	90
5.5.4	Licenciamento ambiental	95
5.5.5	Jurisprudência sobre licenciamento ambiental	97
5.6	Zoneamento Ecológico	104
5.7	Outras Formas de Prevenção	105

6	INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	107
6.1	Ilícito Ambiental	107
6.2	Culpabilidade	109
6.2.1	A culpa na Lei 9.605, de 1998.....	109
6.2.2	Hipóteses especiais de exclusão de culpa.....	114
6.2.2.1	Tentativa	114
6.2.2.2	Morte do agente	114
6.2.2.3	Menoridade	115
6.2.2.4	Embriaguez.....	115
6.2.2.5	Erro e coação irresistível.....	115
6.2.2.6	Empregador	115
6.3	Princípio da Legalidade	116
6.3.1	Jurisprudência.....	120
6.4	Poder de Polícia	121
6.4.1	Conceito	121
6.4.2	Discrecionariade.....	124
6.4.3	Autoexecutoriedade.....	124
6.4.4	Coercibilidade	127
6.5	Infrações – Reflexos Internacionais	128
6.6	Improbidade Administrativa Ambiental.....	130
7	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	133
7.1	Conceito – Finalidade	133
7.2	Princípio da Proporcionalidade.....	134
7.3	Espécies de Sanções.....	135
7.3.1	Advertência	135
7.3.2	Multa simples	136
7.3.3	Jurisprudência.....	137
7.3.4	Multa diária	139
7.3.5	Multa – Destino – Cumulatividade.....	140
7.3.5.1	Jurisprudência.....	143

7.3.6	Apreensão	143
7.3.6.1	Jurisprudência	146
7.3.7	Destruição ou inutilização de produto – Suspensão de venda ou fabricação de produto	150
7.3.8	Embargo de obra ou atividade	150
7.3.8.1	Jurisprudência	151
7.3.9	Demolição de obra	153
7.3.9.1	Jurisprudência	155
7.3.10	Suspensão parcial ou total de atividades	157
7.3.10.1	Jurisprudência	158
7.3.11	Sanções restritivas de direitos	159
7.3.12	Sanções em outras leis	161
7.4	Circunstâncias Agravantes	162
7.5	Legislação dos Estados e Municípios	162
7.5.1	Jurisprudência	163
7.6	Extinção das Sanções e do Poder de Punir	164
7.6.1	Extinção Voluntária e Coercitiva	164
7.6.2	Prescrição	165
7.6.3	Morte do Infrator	167
8	O DECRETO 6.154, DE 22.07.2008 (REGULAMENTO DA LEI 9.605/98)	169
8.1	A Importância do Decreto 6.514/08	169
8.2	Dispositivos Gerais do Decreto 6.514/08	171
8.3	Sanções Aplicáveis	182
8.4	Do Processo Administrativo no Decreto 6.514/08	185
8.5	Disposições Finais e Transitórias	186
9	DEFESA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO E EM JUÍZO	189
9.1	Defesa Perante a Administração	189
9.2	Processo ou Procedimento Administrativo	190
9.2.1	Autoridade administrativa competente	190

9.2.2 Rito Procedimental	191
9.3 Autuação	194
9.4 Defesa	195
9.5 Recursos.....	197
9.5.1 Jurisprudência.....	199
9.6 Defesa Judicial no Brasil.....	199
9.7 Formas de Defesa Judicial	200
10 POSIÇÃO DOS TRIBUNAIS.....	205
10.1 O Juiz	205
10.2 Poder Judiciário	207
10.3 Posição dos Tribunais	208
11 MODELOS.....	213
11.1 Requerimento ao Ibama, Solicitando Providências Quanto à Infração Administrativa Contra a Fauna	213
11.2 Requerimento à Polícia Ambiental, Solicitando Providências Quanto à Infração Administrativa Praticada Contra Floresta	214
11.3 Defesa Apresentada em Razão da Lavratura de Auto de Infração	215
11.4 Requerimento a Órgão Ambiental Municipal Visando a Tombamento de Árvore	217
REFERÊNCIAS	219
ÍNDICE ALFABÉTICO	231